



UNIVERSIDADE FEDERAL DO RECÔNCAVO
DA BAHIA CENTRO DE ARTES,
HUMANIDADES E LETRAS COLEGIADO DO
CURSO DE GESTÃO PÚBLICA

RONALDO PORTO DE ALMEIDA

CONFERÊNCIA DE JUVENTUDE: DEMANDAS E PARTICIPAÇÃO.

CACHOEIRA -
BA 2018

RONALDO PORTO DE ALMEIDA

CONFERÊNCIA DE JUVENTUDE: DEMANDAS E PARTICIPAÇÃO.

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado ao Colegiado do Curso de Gestão Pública, da Universidade Federal do Recôncavo da Bahia, como requisito para obtenção do Grau de Bacharel em Gestor Público.

Orientadora: Profa. Dra. Maria Inês Caetano Ferreira.

À minha mãe, avôs e
quem mim ajudou nesta
caminhada.

Á classe que vive do
trabalho.

AGRADECIMENTOS

Primeiramente agradeço a Deus e a os espíritos, todas as boas energias que até aqui me ajudaram, concluo mais uma etapa de minha trajetória acadêmica.

À minha mãe Neuza (Keka), pelos esforços, lutas e exemplo de quantos mais o bem se faz mais o universo te favorece, que com o suor conseguiu criar seus dois filhos, com dificuldades, há e como tivemos dificuldades, mas até aqui o senhor nos ajudou e nos deixou de pé.

Aos meus avos que indiretamente conseguirem me dar sustento financeiro e apoio, minha avó Isaura (in memoriam) e ao meu avô Guilherme (in memoriam) pelo amor e carinho – sinto tanta falta de vocês!

À minha segunda família que foi se formando no período da graduação na cidade que hoje tanto amo, Cachoeira, e foram eles: Ary (tão bruto, mas com o coração do tamanho do universo), Jhoilson (Jhojho, como esquecer minhas gritarias na casa?), Paloma Cristina (minha cineasta, e nossas conversas intrigantes e por que não dizer eróticas?).

Ao meu grande amigo Arinaldo Teixeira (Ary), pelo ombro amigo nos dias tristes, pelas conversas nas madrugadas, pelas gargalhadas – sem você teria sido muito mais difícil, uso de suas palavras para descrever o qual importante você foi neste período!

A Cecilia Tomaz, que sempre esteve comigo e Dona Carmelita, a vizinha mais doce que o ser Humano pode ter, Cachoeira me deu boas amizades.

Ao meu irmão que os bons espíritos trouxeram Gilcelio (Gil), chegou já no termino da graduação, mas se fez presentes em grandes momentos, o meu muito obrigado.

Estes levarei por toda minha vida!

O que falar da turma de GP 2013.1, a turma que mais foi visita por todos os semestres, nos sempre acolhemos a todos, agradeço aos colegas que tive o imenso prazer de conhece lós e o gozo da companhia, em especial meu grupo feito no um dia de aula ate os últimos dias: Ivonete Feliciano, Mariana Leal, Rafael Correa, Leandro Leite e Leonardo Martins.

Ao corpo docente do Curso de Gestão Pública, em especial: à minha orientadora Maria Inês Caetano Ferreira, esta foi amor à primeira vista desde o inicio, já tinha certeza de quem seria minha orientadora, mas ela sofreu com este orientando, que quando pensava que tudo estava pronto dava reviravolta e mudava tudo, a você Inês o meu muito obrigado!

Agradeço à Universidade Federal do Recôncavo da Bahia (a universidade mais preta do pai), pelas oportunidades a mim concedidas durante o percurso acadêmico. À Pró-reitora de Políticas Afirmativas e Assuntos Estudantis (PROPAAE) pelo auxílio que possibilitou a minha permanência na cidade de Cachoeira/BA.

A todos estes a minha sincera gratidão!

E o fruto do trabalho é mais que sagrado, meu
amor. A massa que faz o pão vale a luz do
teu suor.

Beto Guedes

RESUMO

O vigente trabalho apresenta resultados de estudo sobre a investigação e análise dos delegados na 3ª Conferência Nacional de Juventude de 2015. Verifica-se que nos últimos anos as conferências, as quais são modelos diretos de participação política no país, vêm se consolidando. Porém mesmo que o processo anuncie movimento positivo, deve-se considerar a fragilidade da história da democracia brasileira. Portanto, faz-se importante investigar as recentes experiências participativas, a fim de reconhecer a capacidade democrática dessas instituições e a possibilidade da construção de novas relações entre Estado e sociedade. Inclusive a hipótese que norteia o estudo foi a de que a participação da juventude brasileira em geral na Conferência acaba sendo inexpressiva devido à falta de fatores que incentivem a participação destes jovens. A metodologia adotada foi qualitativa, enfatizando a análise de documentos oficiais produzidos, estudos governamentais do perfil da juventude e as demandas votadas nas Conferências estaduais, que orientaram o debate na esfera nacional, além de observação empírica da Conferência Estadual de Juventude da Bahia. Contudo os resultados apresentados demonstram divergência entre as preocupações dos jovens brasileiros em relação às demandas das Conferências, já que essas últimas indicam o predomínio de questões de grupos específicos.

Palavras-chaves: **Conferência. Juventude. Democracia. Participação. Política.**

ABSTRACT

The current work presents results of study on the investigation, analysis of the delegates in the 3rd National Conference of Youth of 2015. It is verified that in the last years the conferences, which are direct models of political participation in the country, have been consolidating. But even if the process announces positive movement, one must consider the fragility of the history of Brazilian democracy. Therefore, it is important to investigate recent participatory experiences in order to recognize the democratic capacity of these institutions and the possibility of building new relations between State and society. Even the hypothesis that guides the study was that the participation of the Brazilian youth in general in the Conference ends up being inexpressive due to the lack of factors that encourage the participation of these young people. The methodology adopted was qualitative, emphasizing the analysis of official documents produced, governmental studies of the profile of youth and the demands voted in the State Conferences, which guided the debate in the national sphere, besides empirical observation of the State Conference of Youth of Bahia. However, the results presented demonstrate a divergence between the concerns of the Brazilian youth in relation to the demands of the Conferences, since the latter indicate the predominance of questions of specific groups.

Keywords: Conference. Youth. Democracy. Political Participation

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO.....	21
1. JUVENTUDE E POLÍTICA.....	24
2. DEMOCRATIZAÇÃO E PARTICIPAÇÃO SOCIAL NO BRASIL	27
3. CONFERÊNCIAS	30
4. CONFERÊNCIA DE JUVENTUDE	32
4.1 3ª Conferência Nacional da Juventude	32
4.2 As propostas registradas na 3ª Conferência Nacional de Políticas de Juventude	33
5. APRESENTAÇÃO DE DADOS DA PESQUISA DA JUVENTUDE	36
6. ANÁLISE DE ALGUMAS PROPOSTAS DEMANDADAS NA 3ª CONFERÊNCIA NACIONAL DA JUVENTUDE.....	38
CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	49
REFERÊNCIAS.....	50

INTRODUÇÃO

O tema abordado na seguinte pesquisa enfatiza-se a Conferência Nacional e do Estado da Bahia da Juventude, ambas realizadas no ano de 2015. As Conferências Nacionais e Estaduais constituem um amplo processo de debate e participação com interlocução entre Governo e Sociedade Civil sobre as mais diferentes políticas públicas que afetam a sociedade como um todo.

Portanto o objetivo desta pesquisa foi investigar e analisar as propostas dos delegados na 3ª Conferência Nacional de Juventude de 2015, visando compreender estas propostas demandadas da participação da juventude brasileira nas decisões do Governo em relação às necessidades da sociedade, levando obviamente em consideração a fragilidade histórica da democracia brasileira.

Contudo a hipótese do estudo foi a de que a participação da juventude brasileira em geral na Conferência acaba sendo frágil devido ao fato de alguns grupos sociais estarem bem mais organizados e assim, conseguem colocar suas demandas com mais ênfase do que setores pouco ou quase nada organizados.

Enfim a justificativa do estudo consiste além de compreender os avanços do processo de democratização do país, visando identificar os obstáculos que impedem a participação da juventude na definição de suas principais demandas. Também pelo fato da minha participação de um grupo de pesquisa, sendo que com esta pesquisa, fui bolsista do PIBIC, surgindo desta maneira a opção de desenvolver este tema do TCC.

A partir da Constituição de 1988, a democracia representativa gradualmente se consolida. São implementados mecanismos de participação popular na gestão das políticas públicas, os quais podem se concretizar por meio dos conselhos comunitários ou conselhos gestores de políticas, fóruns e conferências setoriais locais, regionais, estaduais e mesmo nacionais, orçamento participativo, planejamento estratégico participativo, consultas populares e audiências públicas VITALE (2004); ALLEBRANDT, (2010).

O governo federal brasileiro vem vivenciando, nas últimas décadas, forte expansão de formas de participação social, que incluem conselhos, conferências, comissões, consultas e audiências públicas. Em particular, nos oito anos do governo Lula, houve um movimento de reformulação de conselhos de políticas públicas já existentes, criação de novos conselhos em áreas de menor tradição de participação, realização de um expressivo conjunto de conferências – que têm sido peça fundamental para ordenar políticas prioritárias para os ministérios e informar a agenda decisória do Congresso Nacional –, além da expansão e experimentação de outras

formas de participação, como ouvidorias, mesas de negociação, fóruns de debate e o plano plurianual participativo SCHMIDT (2006).

A esfera municipal, por sua vez, tem sido palco de inovações e experimentalismos relativos à institucionalização da participação social, que, em muitos casos, precedem os desenvolvimentos observados no plano federal, os quais também têm sido objeto de acompanhamento e análise AVRITZER e NAVARRO (2003); AVRITZER (2007 e 2010).

Compreende-se que conferência é uma institucionalidade de participação política, portanto as conferências nacionais objetivam debater temas relevantes da política pública e, a partir das discussões, extrair deliberações e proposições normativas que informem as instâncias decisórias – ministérios, secretarias de governo e o Poder Legislativo – sobre preferências consensualizadas entre os diversos setores dos grupos participantes.

As conferências desempenham um papel importante ao permitir que, dialogicamente, setores expressivos e organizados da sociedade brasileira apresentem a diversidade de interesses que espelham a multiplicidade de posições e preferências em temas e questões específicas, de forma a se tomarem decisões que contribuam para aprimorar e desenvolver políticas específicas na área em questão.

Servem, por isso, como um importante canal para estreitar a comunicação entre setores sociais e o Estado brasileiro. Ademais, indicam um avanço em relação à realização periódica de eleições para cargos parlamentares e executivos – procedimento canônico da democracia representativa – para informar os representantes sobre preferências da população SCHMIDT (2006); SILVA (2009).

Um efeito potencialmente positivo refere-se à dimensão subjetiva que a participação de indivíduos produz para assim estimular um processo político-pedagógico de formação de agentes e lideranças sociais. A realização periódica de conferências em diferentes níveis, englobando diversos grupos políticos e culturais, é um estímulo, entre vários outros, a práticas conducentes a um maior apreço por valores participativos na esfera pública.

Além disso, a própria participação teria um efeito legitimador do sistema político brasileiro, com impactos positivos na adesão à democracia. Este não é um efeito de menos importância, ao considerar-se que um dos desafios mais importantes da democracia brasileira é ampliar sua legitimidade entre seus cidadãos. Apesar de ter havido aumento da adesão ao regime, se comparado a outros países latino-americanos o grau brasileiro de adesão ao sistema é ainda baixo MENEGUELLO (2010).

As conferências nacionais são convocadas por uma instância governamental de nível federal – geralmente um ministério, secretaria ou mesmo um conselho nacional

de determinado setor de políticas. Elas reúnem gestores públicos, organizações da sociedade civil, movimentos sociais, trabalhadores do setor, funcionários públicos, acadêmicos, enfim, a cada conferência são mobilizados distintos segmentos e grupos interessados no setor de políticas ou, mais especificamente, no tema da conferência.

Desde 2003, ocorreram mais de 80 conferências nacionais, em setores tradicionais de políticas e que já praticam as conferências como instâncias de formulação de políticas (saúde, educação, assistência social, direitos humanos); em políticas que foram conquistando mais status no setor público nas últimas décadas (meio ambiente, cultura, segurança pública); debates específicos no interior de setores tradicionais de políticas (saúde do trabalhador, educação básica, medicamentos e assistência farmacêutica, saúde indígena); e também incorporaram fortemente o debate sobre políticas destinadas a grupos sociais específicos (igualdade racial, políticas para mulheres, LGBTTT, criança e adolescente); assim, portanto foi o caso das políticas de juventude.

1 JUVENTUDE E POLÍTICA

O termo juventude é ao mesmo tempo uma condição social e um tipo de representação como explicita Dayrell (2005) que não mais diz respeito apenas a uma determinada fase da vida, relacionada a uma faixa etária.

Enfatiza-se Souza (2004), que o grupo denominado juventude não pode ser caracterizado como homogêneo pelo fato de seus membros possuírem apenas a idade em comum, portanto compreende-se que a concepção de juventude vai além da faixa etária e sim abre possibilidades para se pensar o termo juventude ressaltando a pluralidade de formas de ser e viver.

Segundo Dayrell (2003), a juventude tem características específicas perante o conjunto das experiências vivenciadas pelos indivíduos em diferentes contextos. Sobre isso, Rezende (1989) citado por Groppo (2000) chama a atenção:

Essa concepção alerta-nos sobre a existência, na realidade dos grupos sociais concretos, de uma pluralidade de juventudes: de cada recorte sociocultural – classe social, estrato, etnia, religião, mundo urbano ou rural, gênero, etc. – saltam subcategorias de indivíduos jovens, com características, símbolos, comportamentos, subculturas e sentimentos próprios. Cada juventude pode reinterpretar à sua maneira o que é ‘ser jovem’, contrastando-se não apenas em relação às crianças e adultos, mas também em relação a outras juventudes. (p. 15)

Uma das diretrizes que guiam a ação da Secretaria Nacional de Juventude (SNJ) é que os jovens devem ser tomados como sujeitos de direitos e de políticas públicas. Para isso é fundamental conhecer suas realidades, questões, opiniões e demandas, além dos dados estatísticos que revelam o quadro geral da população juvenil no Brasil.

Desde os anos 1990, quando questões da juventude começaram a ganhar maior espaço na agenda pública, se identifica a necessidade de “estudos de larga abrangência nacional, que avancem além das estatísticas oficiais e que possibilitem comparações das características das juventudes nos países e entre os países”.

A realidade social demonstra, no entanto, que não existe somente um tipo de juventude, mas grupos juvenis que constituem um conjunto heterogêneo, com diferentes parcelas de oportunidades, dificuldades, facilidades e poder nas sociedades.

Nesse sentido, a juventude, por definição, é uma construção social, ou seja, a produção de uma determinada sociedade originada a partir das múltiplas formas como

ela vê os jovens, produção na qual se conjugam, entre outros fatores, estereótipos, momentos históricos, múltiplas referências, além de diferentes e diversificadas situações de classe, gênero, etnia, grupo etc.

Maria Rita Kehl (2004) considera que o jovem é um espelho retrovisor da sociedade e a juventude é a fase da vida marcada por ambivalências, pela convivência contraditória dos elementos de emancipação e de subordinação.

Ainda segundo Abramo e Venture (2000), a juventude é como a passagem situada entre o perigo de dependência que caracteriza a infância, e a posterior autonomia adulta, por se tratar de um período de transformações de busca de definições, valores e ideias, decorrendo à percepção de juventude como momento de instabilidade.

Portanto diante dessa diversidade de formas de ser jovem e vivenciar a juventude, evidentemente que também haverá diversas formas de compreender e vivenciar a política. Entretanto é notório o desinteresse dos jovens atuais sobre as questões políticas.

Com o termo “política” surge mais do que um sistema de governo. A ação política é um complexo de direitos e deveres, diretrizes, relações sociais e, acima de tudo, cidadania. Nesse contexto, existem discussões acerca da participação do jovem na esfera pública no século XXI.

Neste contexto é proposta a discussão sobre a participação social e política dos jovens, a qual toma importância fundamental na pesquisa científica quando parecem existir indicações de que os jovens demonstram desinteresse pela política WELTI, (2002); PLEYERS, (2005), fomentando as ansiedades sobre os efeitos de tal desinteresse sobre a sociedade e o futuro da democracia.

A conclusão emergente da maioria dos trabalhos aponta para uma crescente desinstitucionalização da participação política dos jovens e a sua concentração em torno, quer de novas formas de ações coletivas, quer de novas agendas temáticas. As associações voluntárias, as associações ligadas ao lazer (desportivas, recreativas ou culturais) transformaram-se nos principais espaços de participação dos jovens, retirando centralidade às lógicas institucionalmente definidas e reforçando a importância dos domínios privados e do cotidiano juvenil.

Entretanto embora pareça que não, uma parcela considerável da juventude busca se engajar politicamente, mesmo que não seja de uma maneira “institucionalizada”, sob a forma de filiação a alguma entidade. Com a facilidade de acesso à informação pela internet hoje em dia, não existente nas gerações anteriores, os jovens têm procurado conhecer o contexto político e se posicionar diante do cenário vigente, mesmo que nem sempre de forma pública.

Nas manifestações populares que ocorreram no Brasil nos últimos anos, uma grande quantidade de participantes era de jovens. É bem verdade que muitos deles defendiam interesses distintos, que envolviam desde questões comportamentais a legais. Os protestos serviram para mostrar a capacidade de organização dos jovens pela internet, por exemplo, por meio das redes sociais.

Além disso, eles utilizaram as ferramentas da web para transmitir em tempo real as manifestações e para emitirem os próprios juízos de valor. Mesmo que essa não tenha sido uma atitude universal dos jovens, ela mostrou que o potencial de atuação dessa classe etária é muito forte. Muitos pensadores de “mais idade” temem que os jovens sejam usados como “massa de manobra” na política, mas a juventude tem dado provas seguidas de que não é tão manipulável como se imagina.

Sobretudo a inserção da juventude na política é de extrema importância para renovar quadros, trazer novas ideias e construir um novo caminho. Os jovens não podem ficar omissos, tem que acreditar na força como instrumento de transformação.

No exercício da cidadania, a participação do jovem amplia os espaços públicos, assim acabando com o individualismo na sociedade política. O eleitor jovem deve compreender que a política faz parte do nosso dia a dia e é fundamental para sobrevivência da sociedade.

No entanto percebe-se que a corrupção, que se comporta de maneira endêmica, ou seja, se mantém constante ao longo do tempo, de maneira quase natural, é uma das razões que causam uma descrença no jovem sobre a situação política. Além disso, a falta de incentivos, principalmente nas escolas, também é uma razão para a falta de interesse da juventude, não ajudando no senso crítico e no seu modo de votar e fiscalizar seus eleitos.

2 DEMOCRATIZAÇÃO E PARTICIPAÇÃO SOCIAL NO BRASIL

Democratização ato ou efeito de democratizar; definição de princípios de igualdades entre os membros de um grupo, comunidade; disponibilização (de algo) para todos ou à maioria. No Brasil o processo de democratização foi evidenciado no processo de transição da ditadura para a democracia, assim o Brasil que vivenciou décadas de um governo autoritarista passou a ser governado por uma forma de governo em que a população pode opinar e participar do processo político diretamente.

A juventude teve grandes participações no processo histórico da política brasileira. De acordo com Nascimento (2002), as manifestações dos estudantes no Brasil não se constituem em um fato restrito ao século XX, historicamente se evidencia que a juventude desde o período colonial, se mobilizava, mesmo que esporadicamente e de forma difusa e efêmera, nas questões políticas.

Porém é com a criação da União Nacional dos Estudantes (UNE) em 11 de agosto de 1937, no início da ditadura Vargas, que o papel da juventude nas questões políticas tomam outra dimensão, pois o movimento estudantil brasileiro se torna uma organização mais sistemática, isso devido ao processo de urbanização e, por consequência, do desenvolvimento da classe média urbana.

Entretanto a UNE entre os anos de 1950 e 1955, vivenciou uma fase de retrocesso na participação política desse segmento juvenil junto à sociedade, pois nesta época a UNE e os setores de direita da sociedade brasileira gozavam de interesses comuns e por isso fizeram uma aliança. Porém outros grupos de estudantes, principalmente os vinculados à Igreja Católica e ao Partido Comunista Brasileiro mantiveram-se envolvidos nas questões políticas da época.

Nas décadas de 1960 e 1970 foram marcadas pelas mobilizações estudantis que envolviam os jovens em passeatas, partidos políticos e organizações clandestinas. Nesse contexto da ditadura militar, instaurada no Brasil em 1964 até 1985, fez com que muitos jovens lutassem contra os militares – e contra diversos civis que apoiavam a ditadura - a favor da democracia.

O movimento estudantil constituiu-se em uma organização de grande importância para os jovens brasileiros no processo de resistência à ditadura militar, sobretudo, tornou-se a base de outros movimentos da época, como o movimento feminista e de camponeses além do movimento tropicalista.

Porém a participação dos jovens na política brasileira não se encerra no processo de transição da ditadura para a democratização, destaca-se a importância da

participação da juventude em dois momentos importantes para a história política do Brasil: movimento pelas Diretas já em 1984 e o movimento dos “Carapintadas” em 1992, que lutavam por ética na Política e pelo impeachment do Presidente Fernando Collor de Melo.

Embora toda esta trajetória na luta pela conquista de uma sociedade igualitária e justa tenha alcançado significativos avanços em campos como o jurídico e político, porém conceitos como igualdade, justiça social e cidadania passaram a fazer parte de um pacto social que não têm por princípio a construção dessa sociedade efetivamente igualitária e justa.

Percebe-se que os novos pactos sociais se constituem a partir de uma desigualdade suportável, de uma justiça que mesmo equalizando direitos acaba se convertendo a redução dos conflitos sociais, das ameaças que os setores populares, em especial os adolescentes e jovens representam para os poderes constituídos. Portanto de maneira gradativa os movimentos sociais, principalmente os juvenis passaram a serem criminalizados.

Sobretudo viver o mundo moderno isento das utopias que caracterizaram o seu nascedouro é se inserir em um jogo de distinção que segrega e discrimina aqueles que não possuem os capitais globais que proporcionam melhores condições na disputa social.

Nesse novo ambiente econômico, político, social e cultural, o fugaz, o temporário e transitório vai se constituindo como valor central na vida em sociedade. Bauman (2013), em sua conversa com Riaccardo Mazzeo, ao interpretar uma das últimas entrevistas de José Saramago, conclui que:

Se a vida pré-moderna era uma encenação diária da infinita duração de todas as coisas, exceto a vida mortal, a vida líquido-moderna é uma encenação diária da transitoriedade universal. O que os cidadãos do mundo líquido-moderno logo descobrem é que nada nesse mundo se destina a durar, o que dirá para sempre. Objetos hoje recomendados como úteis e indispensáveis tendem a “virar coisa do passado” muito antes de terem tempo de se estabelecer e se transformar em necessidade ou hábito. [...] Tudo nasce com a marca da morte iminente e emerge da linha de produção com o “prazo de validade” impresso ou presumido. Trata-se de uma civilização do excesso, da redundância, do desejo e do seu descarte. Tal condição leva os sujeitos, em especial os jovens a se verem sempre divididos entre desejo e o medo; a esperança e incerteza. (JOSÉ SARAMAGO, 2009)

Assim Para Bauman (2013), este é o mundo em que a geração atual de jovens nasceu, de modo que esta geração não conhece nenhuma outra, compreende-se por uma sociedade de consumidores a qual vivencia a cultura do agora que promove o

culto da novidade e da aleatoriedade.

A rejeição aos partidos como forma de organização política, ou mesmo a vinculação a domínios não institucionalizados de ação coletiva não necessariamente representam uma despolitização. Essas atitudes podem, ao contrário, acenar para uma confrontação com elites políticas e com o poder regulador das instituições SILVA; CASTRO, (2013).

Sobretudo os autores acima enfatizam que o interesse dos jovens pela política não deixou de existir, mas que ocorreram mudanças na forma de atuação, organização e também em suas concepções. A participação dos jovens na atualidade acontece por meio de eventos em contextos fluidos, supostamente não hierarquizados e decorrentes da sua própria iniciativa, não tendo direção de segmentos adultos ou instituições clássicas de participação política.

Os espaços de atuação são bastante diversificados e a luta que antes era por problemas amplos, hoje se restringe aos problemas mais locais e almejam mudanças imediatas. Há, assim, uma reconfiguração dos

[...] espaços de luta, dada a transformações econômicas, sociais e a políticas nos países latino-americanos a partir dos anos 1980, imprimiram mudanças profundas na experiência política juvenil, não mais identificada exclusivamente pela identidade de estudante. (MISCHE 1997, apud SILVA; CASTRO, 2013, p. 21).

Entretanto percebe-se que os movimentos sociais atuais principalmente os juvenis, se constituem muito mais como ações de pressão social do que propriamente como movimentos sociais estruturados.

3 CONFERÊNCIAS

Entende-se por conferência que seja um evento organizado por um grupo de pessoas, ou mesmo associações ou instituições, com o objetivo de reunir pessoas para discutir determinada questão ou problemática, visando o levantamento de soluções, prioridades e propostas para o bem comum.

Portanto Conferência é um momento onde é verificado e posto em discussão as políticas públicas de interesse público. Sua periodicidade é determinada pela organização nacional, e seu tempo de acontecer pode variar entre 2, 3 ou 4 anos. Depois de feitas estas conferências são realizadas novas conferências para avaliar o desenvolvimento das já realizadas, estabelecendo novas metas adicionando as deliberações anteriores. Estas conferências podem ser realizadas em âmbito local, estadual ou nacional.

O Brasil tem se destacado no mundo pela capacidade de organizar e realizar conferências nacionais temáticas reunindo num mesmo espaço a sociedade civil e poder público. Somos um País continental, com uma imensa diversidade regional, social, cultural, racial, étnica, religiosa e organizativa.

Nos últimos 14 anos foram realizadas mais de cinquenta conferências nacionais, que contaram com a presença de mais de 5,5 milhões de delegados e delegadas que foram eleitos e participaram das etapas municipal, estadual e nacional. O poder público tem suas delegações designadas.

Algumas dessas conferências chamam mais a atenção pelo seu ineditismo ou porque trazem à tona graves denúncias e cobram soluções para problemas que afetam toda sociedade e/ou contrariam interesses.

Um exemplo foi a Primeira Conferência da Comunicação: Meio para construção de diretrizes e de cidadania na era digital, que demorou ser convocada, que sofreu resistência dos grandes meios de comunicação, embora de extrema importância para a democracia.

A realização da Primeira Conferência LGBT causou muitos debates na sociedade civil e nos três poderes sobre a necessidade e a importância da sua realização. Foi um grande sucesso de mobilização, participação, e contou com presença do presidente Lula, de ministros e representação de outros países.

As Conferências de Direitos Humanos orientam os debates, pautam políticas públicas e trazem temas que incidem na vida do nosso País, a exemplo da 11ª Conferência de DH que atualizou o Programa Nacional de Direitos Humanos e trouxe de maneira incisiva o Direito à Memória, como um direito humano fundamental.

É assim desde 1930 quando se realizou a primeira Conferência da Saúde, que teve continuidade e que vem contribuindo para a construção da política de saúde no Brasil, em que o Sistema Único de Saúde (SUS) é um exemplo.

O produto mais importante é mobilização na sociedade, que é feita pelos conselhos, entidades de classe, movimentos sociais, ONGs, partidos e igrejas. As conferências mexem também com as entidades e instituições que se pretendem representar determinados segmentos sociais, pois são milhares se expressando e exercitando sua própria cidadania.

4 CONFERÊNCIAS DE JUVENTUDE

As conferências representam um sistema de participação que se consolidou nas últimas décadas no Brasil. No dia 05 de setembro de 2007, a Presidência da República lançou a I Conferência Nacional de Juventude, com o lema: Levante sua bandeira. O documento presidencial, mais que um ato formal, apresentava os três eixos da Conferência: 1) Juventude: participação, democracia e desenvolvimento nacional; 2) Parâmetros e diretrizes da Política Nacional de Juventude e; 3) Desafios e Prioridades da Política Nacional de Juventude. Esta primeira Conferência, realizada em 2008, teve o desafio de articular e mobilizar setores juvenis da sociedade que até aquele momento nunca tinham experimentado um espaço institucional de participação dedicado aos jovens.

A II Conferência Nacional de Juventude ocorreu em 2011 com o lema Conquistar direitos, desenvolver o Brasil e os seguintes eixos: 1) Juventude: Democracia, Participação e Desenvolvimento nacional; 2) Plano Nacional de Juventude, prioridades 2011-2015; 3) Articulação e integração das políticas públicas de juventude. Esta Conferência teve por objetivo consolidar a recente institucionalização das políticas públicas de juventude com a articulação e integração das políticas, bem como avançar no Plano Nacional de Juventude, apontando suas diretrizes para serem incorporadas em um período de quatro anos.

4.1 3ª Conferência Nacional da Juventude

A 3ª Conferência Nacional da Juventude aconteceu entre os meses de maio a dezembro de 2015, sob a responsabilidade da Secretaria Geral da Presidência da República, por meio da Secretaria nacional de Juventude e do Conselho Nacional de Juventude.

O objetivo foi indicar para o governo as prioridades para o setor, fortalecer as relações entre governo e sociedade civil, assim como enfatizar a transversalidade entre setores e esferas do governo. Sendo o tema dessa Conferência foi “As várias formas de mudar o Brasil”, orientado por XI temas que, obrigatoriamente. Foram debatidos e convertidos em demandas municipais, estaduais e federais.

Ainda ressalta-se que em todas as Conferências são abordadas temáticas amplas, as quais abrigam diversidade de abordagens. Primeiro foram realizadas as conferências livres, seguidas das municipais, depois das estaduais e, por fim as nacionais. Desde a etapa municipal, foram eleitos os delegados para darem repercussão das discussões locais em âmbito mais amplo e, teoricamente, garantirem

a representação da pluralidade, expressando as diversidades das juventudes do país.

Enfatiza-se que o perfil dos participantes teve que respeitar o tipo de cada grupo que compõem a população brasileira. Desta maneira, foram estabelecidas cotas para participação de negros, mulheres, indivíduos de grupos LGTB, de indivíduos com até 29 anos, de povos tradicionais e quilombolas, assim como representantes de setores governamentais e de movimentos da sociedade civil, além do aspecto territorial. Desse modo, teoricamente, proporcionalmente a diversidade da população brasileira estaria garantida.

Cada uma das etapas deveria produzir relatórios finais, cadastrando as propostas votadas, que seriam encaminhados para a fase posterior. No caso das conferências municipais, as propostas, em primeiro lugar, orientariam os planos de políticas de juventude do município.

Ao serem encaminhadas para a etapa estadual, essas demandas seriam debatidas conjuntamente, visando orientar a política estadual de juventude. Por fim, os relatórios estaduais deveriam ser encaminhados para etapa nacional, contribuindo na elaboração da política Nacional.

A Secretaria Nacional de Juventude (SNJ) e o Conselho Nacional de Juventude (Conjuve), em parceria com a Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro (Unirio), apresentam um conjunto de textos baseados nos Direitos dos Jovens, com o objetivo de dar embasamento ao debate nacional sobre as condições e ferramentas necessárias para a implementação de políticas públicas que permitam novos avanços nos campos sociais, econômico, político e cultural da juventude, na perspectiva de identificar novas questões para a agenda de juventude no país.

4.2 As propostas registradas na 3ª Conferência nacional de Políticas de Juventude

A agenda de demandas da juventude – expressas em diferentes espaços governamentais e da sociedade civil – mostra-se bastante plural, no que se refere à participação. E, tendo em mente a grande diversidade presente quando se fala em juventude, é mais do que natural que assim seja.

O processo de discussão, elaboração e definição de propostas ocorreu em todas as etapas da conferência. Desde as municipais e estaduais, passando pelas etapas livres e a etapa digital, os jovens e diversos atores sociais discutiram quais ações o governo poderia desenvolver para promover as políticas públicas de juventude.

Para organizar essa discussão, e considerando que as políticas de juventude são transversais, foram estabelecidos 11 eixos temáticos eis os quais: Participação, Educação, Trabalho, Diversidade, Saúde, Cultura, Comunicação, Esporte, Território e

Mobilidade, Meio Ambiente e Segurança, temas que dialogam com a realidade juvenil e que estão relacionados com os direitos descritos no Capítulo II do Estatuto da Juventude.

O processo da conferência definiu como um de seus objetivos metodológicos elaborar um conjunto de propostas que serviriam de subsídio à elaboração do Plano Nacional de Juventude. O destinatário direto desse conteúdo é a Secretaria Nacional de Juventude, que tem a responsabilidade de organizar as discussões e todo o trabalho técnico para elaboração do Plano, muito embora nem todas as propostas digam respeito às missões precípuas do órgão.

A técnica adotada para elaboração do Plano consistiu no estudo de documentos primários e secundários. Os documentos primários utilizados foram os documentos legais lançados pelo governo federal e de cada estado, a saber: Resolução Final da 3ª Conferência Nacional da Juventude, Regimento da 3ª Conferência Nacional da Juventude. Os documentos secundários analisados formam a publicação “Direitos da Juventude: subsídios para o debate”, elaborada pela Secretaria Nacional da Juventude para orientar os debates dos eixos definidos da Conferência e a pesquisa “ Agenda Juventude Brasil”, produzida pela SNJ e Conselho nacional da Juventude sobre os valores dos jovens brasileiros, com o objetivo de conhecer os jovens, seus problemas e valores, a fim de orientar a ação do governo nesse setor.

O trabalho de sistematização das propostas para a etapa nacional teve como base o resultado documentado das etapas antecedentes; assim, chegaram à sistematização 305 propostas da etapa digital (sem distinção por eixo temático) e 594 propostas das etapas estaduais (2 por eixo temático em cada estado, totalizando 22 por estado).

A Etapa de Juventudes de Povos e Comunidades Tradicionais, por ter sido realizada na mesma semana, encaminhou as propostas diretamente à etapa nacional, sem passar pela fase de sistematização. Foram sistematizadas, portanto, 899 propostas, o que resultou em um caderno de 385 propostas para a etapa nacional.

Sobre essa base, foram discutidas e elaboradas as Resoluções da 3ª Conferência, constituindo as mesmas a proposta de subsídio ao Plano Nacional de Juventude. A distribuição de propostas por eixo temático no Caderno da etapa nacional ficou da seguinte maneira: Participação, 35 propostas; Educação, 37 propostas; Trabalho, 40 propostas; Diversidade, 40 propostas; Saúde, 47 propostas; Cultura, 30 propostas; Comunicação, 26 propostas; Esporte, 26 propostas; Território e mobilidade, 29 propostas; Meio Ambiente, 44 propostas; Segurança, 31 propostas. Total de 11 eixos: 385 propostas.

O trabalho em grupos se desenvolveu em dois turnos, o primeiro com seis eixos em discussão e o segundo com cinco, em formato de Café Mundial adaptado – com

mesas de diálogo de até oito participantes, em três rodadas de meia hora cada, com rodízio dos participantes nas mesas de uma rodada para outra. Cada mesa discutiu um único tema e o ambiente onde se realizaram os Grupos de Trabalho foi setorizado por eixo em discussão, sendo as mesas identificadas por toalhas com cores correspondentes a cada um dos eixos.

Participaram dos Grupos de Trabalho cerca de 1200 delegados/as em cada turno. A atividade nas mesas de diálogo consistiu em o grupo escolher para pontuação, em cada uma das rodadas, três propostas que considerasse as mais valiosas. A cada rodada, as propostas escolhidas nas mesas eram ranqueadas em uma pontuação, valendo 1 ponto para cada incidência na 1ª rodada, 2 pontos na 2ª e 3 pontos na 3ª. Propostas novas puderam ser incluídas na 1ª e 2ª rodadas. Dessa forma, os Grupos de Trabalho elegeram 99 propostas de Resolução (9 para cada eixo temático).

As 99 propostas discutidas e eleitas nos Grupos de Trabalho foram, então, submetidas, em conjunto, a referendo na Plenária Final da 3ª Conferência Nacional de Juventude, tendo sido aprovadas por ampla maioria dos delegados/as presentes. O passo posterior foi submetê-las a um novo excurso que fosse capaz de hierarquizá-las em 1 prioridade por eixo temático e 3 prioridades gerais da Conferência. Esse momento foi conduzido pela aplicação de metodologia similar à aplicada na 1ª Conferência Nacional de Juventude, denominada Momento Interativo, e que consiste na disposição de painéis contendo as resoluções aprovadas, em espaço visível e de livre acesso aos delegados/as; estes votam nas propostas por meio de adesivos colantes distribuídos pela organização, nesse caso, em número de 7, sendo seis de uma única cor e 1 em cor diferente (na 3ª Conferência foram usadas as cores azul e vermelha, respectivamente).

Adesivos de cor azul serviram para votar na prioridade do eixo temático; adesivos de cor vermelha serviram para votar nas prioridades gerais da Conferência. O Momento Interativo, assim como os Grupos de Trabalho, teve ampla adesão da maioria dos delegados/as presentes. Por fim, os delegados/as também aprovaram 17 moções.

Esse conjunto de opiniões e propostas consolida o esforço de diversos atores sociais, que representam a diversidade da juventude brasileira, no sentido de apontar para o governo brasileiro o que é fundamental ser realizado como ação e o que podem ser as políticas públicas de juventude.

5 APRESENTAÇÃO DE DADOS DA PESQUISA DA JUVENTUDE

A pesquisa Agenda Juventude Brasileira (2013) questionou sobre os problemas que mais preocupam os jovens. A principal variável citada foi à segurança pública/violência (24%). Esse resultado manifesta um problema grave da sociedade brasileira que é o elevado índice de homicídio de jovens, principalmente negros e pobres. Ao se estabelecer o recorte de mortes provocadas por armas de fogo entre a população de 15 a 29 anos, esse índice sobe para 47,6%, ou seja, mais que o dobro do total.

Assim, constata-se o recrudescimento da violência na sociedade brasileira, que atinge mais especificamente os jovens. Na pesquisa da Agenda da Juventude Brasileira, 22% dos jovens informaram já ter perdido parentes/amigos por causas violentas (acidentes ou homicídios) e 36% disseram ter perdido parentes/amigos pelas mesmas causas. Desse modo, compreende-se a intensidade das respostas que indicam a violência como o problema que mais preocupa o grupo dos jovens.

O emprego e a profissão (19%) foi o segundo problema apontado, cujo os elementos foram discutidos anteriormente. A educação e a crise econômica e financeira apareceram, juntas, terceira posição (9%), seguidas pelas drogas e família, ambos com 8% das citações. Associado à realização financeira, da questão apresentada anteriormente, verifica-se preocupação dos jovens com questões materiais.

No ano de 2013 o modelo econômico privilegiado pelo governo, ligado à aposta no consumo, já dava sinais de arrefecimento. Não à toa, ainda em tempos de baixa inflação e desemprego e ganho real do salário mínimo, os jovens já manifestavam as repercussões da crise do modelo econômico. Questionados sobre o que o governo deveria fazer para melhorar a situação dos jovens, 37% apontaram necessidade da oferta de formação profissional (37%) e de aumentar o acesso à escolaridade e a qualidade do ensino (33%).

A questão das drogas pode ser associada aos problemas da violência, porém, considerando-se o destaque atribuído à família nessa questão e em outras, é prudente atentar para a presença de valores conservadores em parte da população jovem. Por fim, é relevante assinalar que a política ocupa posição pouco significativa para a maioria dos jovens, pois apresenta 2% citou-a como uma preocupação, assim como meio ambiente, a miséria, a fome, o transporte e as questões sociais. A pouca importância atribuída a temas sociais sugere uma

juventude mais pragmática e centrada em suas questões mais imediatas.

A agenda de demandas da juventude – expressas em diferentes espaços governamentais e da sociedade civil – mostra-se bastante plural, no que se refere à participação. E, tendo em mente a grande diversidade presente quando se fala em juventude, é mais do que natural que assim seja.

Sintetizam-se algumas reivindicações que têm sido recorrentes em diferentes espaços e documentos sobre políticas e direitos de juventude:

- Proporcionar espaços para que a juventude possa contribuir em todo o processo de formulação das políticas públicas, isto é, na identificação de demandas, elaboração, implementação, fiscalização e avaliação.
- Construir espaços de participação no acompanhamento e na gestão para os usuários dos serviços, programas e projetos que fazem parte das políticas públicas de juventude.
- Estimular mecanismos de institucionalização da participação juvenil no controle das políticas públicas, com ênfase no monitoramento contínuo dos recursos destinados a políticas de juventude e outras que têm os/as jovens entre seus destinatários, incluindo os gastos despendidos em mecanismos de participação e controle social. Criar espaços para a participação juvenil na construção do orçamento público.
- Estimular o protagonismo dos/as jovens na cena pública e política, garantindo que novas formas de participação juvenil sejam reconhecidas, incluídas e não criminalizadas. Buscar incluir jovens “não institucionalizados” nos espaços de participação.
- Criar comitês juvenis capazes de captar, monitorar e avaliar ações e programas desenvolvidos para a juventude em cada ministério, secretaria e autarquia (em todos os níveis de governo).
- Sensibilizar estados e municípios para a criação de espaços institucionais de participação, criando “canais de proximidade” para gestão compartilhada e participativa de serviços e equipamentos de juventude nas localidades em que políticas e programas acontecem.
- Investir na comunicação e na disseminação de informações sobre modalidades de participação e controle social, articulando campanhas de promoção dos direitos da juventude e dos espaços de participação.
- Garantir a representatividade de sexo e etnia/raça nos espaços de juventude.

Embora muito do que continua a ser reivindicado foi pauta de debate nas conferências anteriores e estiveram entre suas recomendações e prioridades, algumas delas de forma bastante precisa e detalhada.

6 ANÁLISE DE ALGUMAS PROPOSTAS DEMANDADAS NA 3ª CONFERÊNCIA DA JUVENTUDE

Algumas propostas demandadas dos grupos de trabalho baseando-se nos 11 eixos que consistem em: Participação, Educação, Trabalho, Diversidade, Saúde, Cultura, Comunicação, Esporte, Território e Mobilidade, Meio Ambiente e Segurança, foram consideradas prioridades para cada respectivo grupo.

- Eixo Participação

Resoluções do eixo temático Participação	Categoria
Garantir a implantação do Sistema Nacional de Juventude composto por órgãos gestores, conselhos e fundos de públicas de juventude, nas três esferas administrativas. O fundo nacional de juventude funcionará com repasses fundo a fundo definido percentualmente entres os três entes federados para direcionar as políticas e ações para a juventude em âmbito nacional, estadual e municipal.	Instituição democrática direta. Demanda que não é prioridade.
Estabelecer a obrigatoriedade de ser instituído órgão gestor de juventude em todos os municípios, podendo este ser secretaria, subsecretaria superintendência e/ou coordenadoria, dependendo da realidade de cada município. Garantindo a efetividade do sistema nacional de juventude por meio da criação do fundo estadual/municipal da juventude.	Demanda com foco semelhante a da demanda mencionada acima. Legislação.
Garantir em todos os municípios brasileiros a implantação de Centro de Juventude. Equipamento público (mantido pelo Estado) e gerido em co-gestão com jovens e destinado a convivência social e comunitária, promovendo atividades de aprendizagem relacionadas a cidadania ativa, ao desenvolvimento cultural e esportivo. Um espaço aberto e inclusivo para estimular a participação social, com intuito de propiciar e fortalecer o diálogo e articulação entre os jovens.	Segue-se outra demanda com o mesmo foco das duas apresentadas acima. Garantias de direitos.
Desenvolver projetos nas escolas garantindo uma metodologia com protagonismo juvenil e uma perspectiva de educação cidadã, onde os jovens participem da discussão do projeto político pedagógico. E, também, realizem um processo de formação social e política, através de cursos complementares sobre ciência política, direitos humanos e direito constitucional, através de capacitação em elaboração de projetos, através da ampliação carga horária das disciplinas de filosofia e sociologia e através da inclusão na grade curricular do conteúdo de políticas públicas. Assim, se conscientizando de seus direitos, deveres e qual seu papel na sociedade.	Demanda já existente, na política de educação. Garantia de direitos
Fomentar a criação de novos conselhos municipais e estaduais da juventude, deliberativos e paritárias, e buscar o empoderamento dos conselhos já existentes, a fim de condicionar mecanismos de fiscalização e pautar as políticas públicas da juventude.	Outra demanda semelhante a já citadas. Legislação.
Criar um canal permanente de diálogo com as juventudes da América Latina e do Caribe para fortalecer a identidade regional, ampliando a cidadania ativa e unificando nossas lutas por um continente fundamentado na igualdade, na justiça social e em políticas públicas transformadoras.	Não é demanda de política. Garantia de direitos.
Garantir a realização de projeto de cidadania nas escolas em parceria com os conselhos de juventude e movimentos sociais, a partir de atividades de discussão sobre direitos, deveres, cidadania, ciência política que estimule uma participação social da juventude. A partir do projeto de cidadania será elaborada uma cartilha sobre participação social, que aborde como funcionam os conselhos de juventude e as conferências, que explique como é o processo de	Demanda interessante, mas não para abrangência de conferência nacional. Garantia de direitos.

Nas demandas apresentadas no eixo participação a maioria tem questões semelhantes apenas uma apresenta relevância, porém não para âmbito nacional.

- Eixo Educação

Resoluções do eixo temático Educação	Categoria
Reformulação do Ensino Básico e Médio desde a matriz curricular à formação dos professores, democratizando e humanizando as escolas, incluindo debates como: gênero, igualdade, justiça social e liberdade; ampliando a carga horária de disciplinas tais como: filosofia, sociologia e história, possibilitando, assim, o senso crítico e político dos estudantes.	Já existem leis sobre a proposta apresentada. Legislação.
Garantir o financiamento público para a manutenção e ampliação das escolas famílias agrícola, possibilitando ofertar PRONATEC - campo, trabalhando a pedagogia da alternância, nas esferas estaduais e federais. E implementando uma política de assistência estudantil que garanta bolsa de permanência e transporte escolar para seus estudantes, assim como sejam lançadas ações de implementação de centros de permanência de referência cultural, esporte, lazer e telecomunicações dentro de seus espaços físicos.	Demanda de grande importância para os estudantes em geral. Agrário tradicional.
Reformar a grade curricular, PPPS, material didático e estrutura física de instituições de ensino fundamental e médio que estejam dentro ou próximas de territórios de povos e comunidades tradicionais e comunidades rurais, garantindo que tal reforma seja feita em conjunto com a comunidade, atendendo as prerrogativas da Educação do Campo, das leis 10639/03, 11.645/08 e do decreto 6040/07, garantindo também concursos públicos priorizando a contratação de profissionais da própria comunidade nestas instituições de ensino	Demanda interessante, porém é mais uma demanda voltada ao campo e o quilombola. Legislação.
Efetivar as políticas públicas da educação das relações étnicas raciais, com base nas leis 10.639 e 11.645, as relações de gênero e demais diversidades, com o caráter de fortalecer as diretrizes curriculares nacionais para o fomento a cultura da política e cidadania. Bem como, a garantia de implementação de equipes multiprofissionais nas redes de educação das instâncias municipais, estaduais e federais. Com a participação dos profissionais de psicologia, pedagogia, assistência social e intérprete. Potencializando o apoio e orientação e acompanhamento dos/as estudantes e comunidades, assegurando a disseminação de tecnologias assistivas, Braille, Libras, a partir de: inclusão de Libras como disciplina obrigatória em todos os cursos superiores (bacharelados, licenciaturas e tecnológicos); inclusão da disciplina de Libras nos currículos das escolas municipais, estaduais e federais, e implantação da Graduação em Letras Libras nas universidades estaduais para a formação de professores de Libras (licenciatura) e tradutores/intérpretes (bacharelado) e inclusão de braille como optativa (licenciatura).	Demandas já existente. Garantia de direitos.
Regulamentação e real implementação dos 10% do PIB para a Educação, com a destinação de 50% do Fundo Social e 75% dos Royalties do Petróleo para a garantir a efetivação do plano nacional de educação e do financiamento nele expresso afim de elevar a qualidade social da Educação em todos os níveis, etapas e modalidades.	Demanda interessante. Legislação.
Garantir a ampliação do ensino superior com o aumento de vagas (novas universidades, novos campi, PROUNI, FIES) e da abrangência contemplando área rural, comunidades tradicionais e o interior, com ampliação das cotas sociais e raciais e a garantia de realização do ENEM em todos os municípios.	Demanda existente. Garantia de direitos.
Incorporar nas grades curriculares das escolas públicas e privadas, conteúdos e temáticas que são vivenciadas no dia-a-dia por jovens da sociedade brasileira, trazendo interação com o contexto educacional, de caráter teórico-prático, questões como Éticas e Cidadania, saúde alimentar, planejamento econômico, diversidade sexual, de gênero, racial, social e de credo preconceito e a discriminação, direito à educação e à comunicação, Direito Constitucional, Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA), Ciência Política, Estatuto da Juventude, educação em Direitos Humanos, Informática, Filosofia, língua de sinais e garantir o ensino das Histórias e Culturas Afro-brasileiras, Africanas e Indígenas, em cumprimento das Leis 10.639 e 11.645.	Demanda já existente e misturado com diretrizes e leis.

No eixo educação as propostas apresentadas duas propõem assuntos de grande importância, porém as outras são demandas já existentes ou mistura de diretrizes e lei.

- Eixo trabalho

Resoluções do eixo temático Trabalho	Categoria
Garantir o acesso ao 1º emprego com qualidade; reduzir a jornada de trabalho para 40 horas.	Demanda complicada. Garantia de direitos.
Construir e ampliar as unidades de ensino médio, profissionalizante, técnico e superior, juntamente com a ampliação da quantidade de Bolsas de pesquisa e extensão e das vagas nas parcerias com sistema S, nos programas como: menor aprendiz, jovem aprendiz, Pronatec, Pronacampo, Projovem urbano, Projovem rural, SISUTEC, SISU, Prouni e demais programas. E que a ampliação considere as áreas periféricas e rurais, contemplando a realidade de cada região, fomentando parcerias com o poder público e privado a fim de garantir vagas de emprego e alternativas de renda.	Demanda com proposta vaga. Garantia de direitos.
Fortalecer os empreendimentos e coletivos de juventude da agricultura familiar pesca artesanal e demais atividades produtivas do campo e da cidade com agroindústrias, bem como, incentivar a formação de novos coletivos, garantindo o acesso ao crédito a ATER e a comercialização, visando a promoção da economia solidária como estratégia para garantia do bem viver, do trabalho digno e da renda para a juventude.	Demanda agrário tradicional.
Implementar políticas públicas de juventude de acordo com o Plano Nacional de Trabalho Decente para a Juventude.	Demanda já existente.
Garantir aos jovens em cumprimento de penas ou medidas socioeducativas que sejam direcionados a centros de formação que transformará a pena de reclusão em pena de mercado de trabalho. O projeto poderia acontecer em parceria do estado e com empresas privadas interessadas em mão de obra jovem e qualificada. O tempo de pena seria cumprido em um abrigo submetido a aprender um ofício, e assim que terminasse a pena estariam qualificados e seriam encaminhados direto para o mercado de trabalho. O projeto poderia acontecer em parceria do estado e com empresas privadas interessadas em mão de obra jovem e qualificada.	Demanda bem preocupante deve ser mais bem explicada. Garantia de direitos.
Garantir uma cota de 20% de contratação de jovens egressos dos sistemas prisionais e medidas socioeducativas como um dos requisitos para seleção no processo licitatório de empresas prestadoras de serviços e executora de obras a serem contratadas pelos governos municipais, estaduais e federais	Demanda nova. Garantia de direitos.
Criação de centro técnico profissionalizante rural de acordo com sua região, proporcionando trabalho e renda, garantindo a permanência do jovem rural no campo, incentivando a produção e comercialização da agricultura familiar, assim como outros, meios de geração de renda, priorizando a cultura local.	Demanda agrário tradicional.
Potencializar ações do Ministério do Trabalho e Emprego para ampliação do percentual de vagas direcionadas aos jovens respeitando as condições de trabalho decente através da Política Nacional de Trabalho, garantindo a criação de uma plataforma on-line de divulgação e acompanhamento para estes fins.	Proposta interessante.
Desburocratizar as políticas públicas que garantam o acesso à terra, habitação, infraestruturas de produção, educação do campo, cidade e comunidades tradicionais.	Demanda agrário tradicional.

As demandas apresentadas no eixo trabalho apresentam-se a maioria voltada ao agrário e uma demanda já existente. Porém uma demanda nova foi apresentada além de outra bem preocupante. Enfoca-se uma proposta bem interessante em relação a potencializar ações do Ministério do Trabalho e Emprego.

- Eixo Diversidade

Resoluções do eixo temático Diversidade	Categoria
Aprovar lei que define os crimes de ódio e de intolerância e as formas de coibi-los, nos parâmetros de outras leis tal como a de crime de racismo, para proteger todas as pessoas, inclusive jovens, independentes de classe e origem social, condição de migrante, refugiado ou deslocado interno, orientação sexual, identidade e expressão de gênero, idade, religião, situação de rua e deficiência.	Lei da Intolerância já em andamento. Misturado.
Inclusão dos idiomas LIBRAS e braile como componente curricular obrigatório, do ensino fundamental, médio e superior, com formação continuada e disponibilização de recursos didáticos imprescindíveis para a realização qualificada dos trabalhos.	Demanda interessante. Instituição democrática direta.
Garantir o cumprimento efetivo dos direitos iguais no mundo do trabalho (acesso, salários, carga horária, formação) com especial atenção para população jovem dos seguintes segmentos: mulheres, deficientes, negros, LGBT, indígenas, ciganos, ribeirinhos, quilombolas, do campo, povos das águas e egressos de medidas socioeducativas.	Demanda que levanta muitos questionamentos. Garantia de direitos.
Criação de uma lei de incentivo à contratação de mulheres e homens trans e travestis por empresas públicas e privadas, que as mesmas recebam em contrapartida incentivos fiscais. Realização de campanhas de incentivo à inserção no mercado de trabalho desse público; estender os registros de ocorrência (RDO) para todos os Estados do Brasil, seguindo como modelo o Estado de São Paulo, a fim de mapear os crimes de ódio e delito de intolerância em razão de orientação sexual e identidade de gênero no âmbito nacional, pela criminalização da LGBTfobia.	Mas uma demanda que levanta questionamentos. Legislação.
Implementar, fomentar e garantir a capacitação e formação de profissionais de educação, da saúde, assistência social, segurança pública e profissionais do Direito, sobre diversidade religiosa, sexual, étnica, identidades de gênero garantindo o enfrentamento ao racismo, LGBTfobia e todas as formas de violência e discriminação promovidas pelo Estado (discriminação institucional)	Demanda interessante. Legislação.
Garantir orçamento para implementar políticas públicas de diversidade e combate a LGBTfobia, a exemplo do projeto "Transcidadania" implantado nos estados de São Paulo e Paraíba, onde visa a inclusão de travestis, mulheres transexuais e homens trans na educação e no mercado de trabalho, garantindo uma subdelegacia especializada que trabalhe integradas aos centros de referência ou um grupo multidisciplinar para atendimento destas e criação de conselhos municipais.	Demanda que impulsiona questionamentos. Garantia de direitos.
Criação de cotas de no mínimo 30% destinadas à juventude de povos e comunidades tradicionais nos concursos públicos (municipal, estadual e federal) e estimular a contratação PCTs nos cargos de confiança dos governos, sem perder nenhum direito já adquirido.	Já existem as leis das quotas. Misturado.

No eixo diversidade foram apresentadas mais demandas que impulsionaram questionamentos do que demandas novas. Foram apresentadas também duas interessantes e mais duas que se misturava com leis já existentes.

- Eixo Cultura

Resoluções do eixo temático Cultura	Categoria
Criação de bolsa especificamente voltada para a juventude artística (15 a 29 anos) como previsto no estatuto da juventude, possibilitando as ferramentas necessárias para o incentivo e a criação, para o financiamento de produção e promoção de sua obra, disponibilidade de material de pesquisa, instrumentos, ferramentas de ofício, além de reservar um espaço em material público voltado à divulgação, como jornais, sites, revistas; de universidades federais ou órgãos públicos.	Demanda interessante. Garantia de direitos.
Estabelecer uma rede de juventude e cultura por meio de um mapeamento cultural, que possa garantir um processo formativo em linguagens artísticas diversas, bem como a formação em áreas técnicas que garantam a qualificação de jovens para criação e execução de projetos culturais, e que de forma autônoma possa criar uma importante rede de intercâmbio cultural em conexão com todos os territórios.	Demanda voltada a edital. Misturado.
Instituir financiamento para a produção cultural, circulação e capacitação de jovens, por meio de editais específicos, de forma a incentivar suas expressões, considerando a diversidade (urbano, rural, comunidades tradicionais, LGBT e deficientes), o fortalecimento de seus grupos e possibilitar sua profissionalização no âmbito da economia criativa.	Demanda interessante. Instituição democrática direta.
Implementar capacitação permanente para jovens artistas, agitadores culturais e produtores no que diz respeito a captação de recursos, editais, pontos de cultura, prestação de contas, organização de fóruns, valorizando assim, os arranjos culturais locais e regionais nas três esferas de poder.	Mesmo sendo da linha edital é uma demanda interessante.
Implementar o projeto "Cinema nos Bairros" que consiste em aproximar a juventude local da linguagem audiovisual a partir de: a) oficinas e cursos na área de audiovisual b) sessões gratuitas de cinema c) incentivo e estrutura para a produção audiovisual no bairro d) circulação de filmes produzidos por jovens de periferia e) promoção de estratégias de discussão política que aborde a perspectiva da cultura na construção da cidadania f) a criação de redes entre os e as jovens que estão trabalhando e produzindo na área do audiovisual g) intercâmbio entre as experiências dos bairros que contarão com o projeto. Portanto, a proposta prevê a viabilização de espaços culturais, com gestão comunitária e com protagonismo dos e das jovens, que sirvam como zonas de circulação de conhecimentos e experiências entre jovens no que tange à produção audiovisual	Mesmo sendo também da linha edital é uma demanda interessante.
Catalogar e acompanhar tradições culturais locais e regionais, instituindo incentivo financeiro regular (orçamento anual) para ações que promovam a preservação de tais identidades e a difusão dessas expressões culturais.	Interessante porém linha edital.

Neste eixo da cultura percebe-se que as propostas são interessantes, porém parecem estarem ligadas a editais.

- Eixo Comunicação

Resoluções do eixo temático Comunicação	Categoria
Democratização da mídia modificando a legislação atual para que as rádios comunitárias tenham alcance igualitário das rádios comerciais. Regulamentar e democratizar a mídia do país, revendo os modelos de financiamento e concessão pública de TV, a partir da atualização e efetivação do marco regulatório da comunicação, respeitando a constituição de 1988 no que tange ao artigo 220, revogando o caráter consultivo do Conselho Nacional de Comunicação, alterando a sua composição permitindo a participação paritária da sociedade civil e governo e replicando este modelo de conselho no âmbito estadual e municipal.	Demanda não voltada para a juventude.. Legislação
Garantir a universalização do acesso às telecomunicações e internet gratuita e de qualidade (acima de 50MB) inclusive nas áreas rurais, comunidades tradicionais, por meio da expansão da infraestrutura de telecomunicações e fiscalização das operadoras, da disseminação de mercado de trabalho. O projeto poderia acontecer em parceria do estado e com empresas privadas interessadas em mão de obra jovem e qualificada.	Demanda não característica de juventude e sim de partidos políticos.
Criar lei de fomento, criação de um canal e financiamento por meio de fundo específico e editais públicos para mídias alternativas (rádios, TVs, plataformas virtuais, dentre outros meios), incluindo todos os grupos minorizados (comunidades rurais, mulheres, LGBTs, negros, povos e comunidades tradicionais, deficientes etc.). Ampliando assim os espaços de participação dos jovens nos meios de comunicação, permitindo a manutenção, capacitação e profissionalização dos jovens comunicadores na produção de conteúdo e todas as expressões da juventude brasileira	Demanda interessante. Legislação.
Viabilizar a interação das pessoas com deficiência, em respeito a LBI na rede de canais abertos de televisão por meio da cobrança com mais rigor do cumprimento. Na lei 10.098 (19/12/2000), de acessibilidade, que estabelece normas gerais e critérios básicos para a promoção de acessibilidade das pessoas com deficiência ou mobilidade reduzidas e; No Decreto-Lei 5.296 (02/12/2004), que especifica de forma mais clara como devem ser adaptadas as mensagens dos meios de comunicação às pessoas com deficiência sensorial.	Demanda interessante, porém não é jovem. Garantia de direitos.
Classificar e reduzir o tempo de programas de TV que estimulam a violência policial.	Demanda não voltada para a juventude.
Criar programa nos moldes das casas digitais e telecentros, associado a um espaço virtual, que promova e garanta a acessibilidade e a inclusão digital nas áreas urbanas e rurais, com capacitações que trabalhem software livre, aspectos sociais e culturais e com monitores permanentes no apoio das atividades	Demanda não voltada para a juventude. Garantia de direitos.
Criação de campanhas publicitárias e educacionais que eduque a sociedade a lidar com os jovens com deficiência, respeitando seus desejos, autonomia e necessidade de experimentações, esclarecendo que o jovem deficiente e seu acompanhante são pessoas distintas e que o acompanhante só seja solicitado quando necessária.	Demanda interessante. Garantia de direitos.

As demandas apresentadas no eixo da comunicação parecem propostas que não foram feitas por jovens.

- Eixo da Saúde

Resoluções do eixo temático Saúde	Categoria
Promover a saúde integral da mulher jovem, sem seguir a lógica da medicalização e intervenção sobre o corpo. O sistema de saúde deve lidar com a prevenção da saúde das jovens, incluindo atendimento relacionado a abortos, que hoje é a quinta causa de mortes no país, o Estado deve tratar do caso como saúde pública garantindo-lhes atendimento ginecológico preparado.	Demanda interessante. Garantia de direitos.
Garantir passagem de transporte público (dez passagens diárias), assim equiparando as pessoas com deficiência física aos portadores de doença crônica degenerativa com direito a passagem de acompanhante. Assim como, a concessão de transporte adequado às pessoas com deficiência física e doenças crônicas degenerativas para as suas atividades de saúde.	Demanda interessante, porém não voltada diretamente aos jovens e sim âmbito geral. Garantia de direitos.
Implantar o programa de saúde da Juventude, com garantia de acesso das juventudes rurais e comunidades tradicionais médico, para atendimento específico de urgência e emergência, além de fortalecer através da RAPS nos CAPS/AD, CAPS/ADI e consultórios na rua, com equipe interdisciplinar, tendo o viés da saúde mental, redução de danos e educação em saúde, promovendo a intersetorialidade das políticas de saúde, assistência social, educação, trabalho, direitos humanos entre outras	Demanda agrário tradicional.
Promover campanhas sobre os danos à saúde causados pelo uso de agrotóxicos, principalmente nas escolas do campo, e apresentando a agroecologia como alternativa de cultivo de alimentos saudáveis para a população.	Demanda interessante, porém agrário tradicional novamente.
Garantir atendimento psicossocial e de saúde especializado para a juventude LGBT (lésbicas, gays, bissexuais, travestis, transexuais e transgênicos) nas Unidades de Saúde da Família (USFS), Centros de Referência em Assistência Social (CRAS) e Centros de Referência Especializados em Assistência Social (CREAS), com profissionais sensíveis e preparados	Demanda interessante. Garantia de direitos.
Ampliar a rede de cobertura do PSF, inclusive na área rural e comunidades tradicionais, com 6 equipes multiprofissionais que considerem as especificidades de raça/etnia, orientação sexual e identidade de gênero e que visitem pelo menos 3 vezes por semana.	Demanda misturada, pois além de agrário tradicional tem a garantia de direitos de gênero, raça.
Garantir a participação da juventude nos espaços de controle social da saúde (Conselhos e Conferências) para que pensem estratégias de políticas de prevenção da saúde em espaços de cultura, lazer e esporte, sendo dinâmicas, agradáveis e efetivas na redução dos índices de violência.	Demanda interessante. Garantia de direitos.
Garantir a inserção do Programa de Saúde na Escola (PSE) no projeto político-pedagógico do Ministério da Educação, em articulação com o Ministério da Saúde, cobrando dos municípios, o cumprimento de metas pactuadas e eventual aplicação de penalidades para o não cumprimento das mesmas, evitando Artigo 19 da Lei 8080/90, sobre a promoção, prevenção, proteção à saúde de forma integral, fortalecendo temáticas como: identidade de gênero, alimentação saudável, direitos sexuais, saúde reprodutiva, drogas e primeiros socorros	Demanda não voltada para a juventude.

No eixo saúde as demandas apresentadas foram questões bastantes interessantes mesmo tendo duas propostas não voltadas diretamente à juventude

- Eixo Esporte

Resoluções do eixo temático Esporte	Categoria
Criação do Fundo Nacional de incentivo ao esporte, com base orçamentária de 2% do PIB, fortalecendo conselhos e secretarias de esporte, para ampliar os equipamentos esportivos e desenvolver programas de incentivo ao esporte, como iniciativas regionais e o Bolsa Atleta.	Demanda não voltada a juventude. Instituição democrática direta.
Construir, reformar, ampliar, requalificar e manter equipamentos e espaços públicos para a prática de esportes, especialmente a dos esportes urbanos (parkour, skate, patins, bikefreestyle, etc.), além de ocupar e divulgar esses espaços de esporte e lazer, garantindo a acessibilidade adequada às pessoas com deficiência, com prioridade nas áreas de maior vulnerabilidade social e de alto índice de extermínio da juventude, em todos os municípios e zona rural, com profissionais capacitados e habilitados para atendimento nos horários compatíveis com o horário livre dos trabalhadores jovens.	Demanda interessante, porém dar a ideia que é continuação de algo que já existe. Misturado.
Fortalecimento e qualificação do esporte na escola, ampliando a participação de estudantes e da comunidade, implementando a funcionalidade da escola como equipamento esportivo.	Demanda existente. Instituição democrática direta.
Reestruturar o programa escola aberta do governo federal para que a escola seja transformada, nos finais de semana em equipamento público de esporte e lazer para uso de comunidade	Demanda existente. Instituição democrática direta.
Promover o incentivo e financiamento pelo Poder Público de eventos esportivos e de lazer, que contemple diversas modalidades esportivas, que sejam realizadas também em comunidades rurais assim interiorizando a prática esportiva.	Demanda agrário tradicional.
Estimular a criação de secretarias e conselhos de esporte e lazer em todos os municípios, garantindo que os conselhos respeitem a diversidade esportiva e a inclusão da assim, consolidando o sistema nacional de esporte e lazer juventude,	Demanda não voltada diretamente para a juventude.
Garantir programas de financiamento aos profissionais que desenvolvem projetos de incentivo ao esporte nas comunidades, visando à continuidade e o amplo acesso aos jovens.	Demanda já existente.

No eixo esporte percebe-se que as propostas apresentadas são propostas já existentes, além de algumas que não estão voltadas diretamente a juventude. Portanto caracterizando-se propostas frágeis.

- Eixo Território Mobilidade

Resoluções do eixo temático Território Mobilidade	Categoria
Criar e implementar o Fundo Nacional e Inter federativo de mobilidade para todos os jovens, para subsidiar a tarifa zero, garantindo um transporte público, gratuito, de qualidade, e acessibilidade em toda a frota, fazendo se cumprir o artigo 31, parágrafo único do estatuto da juventude	Demanda nova mobilidade e transporte.
Ampliar e acelerar o processo de Reforma Agrária e regularização fundiária, bem como reconhecimento e demarcação de terras pertencentes a povos e comunidades tradicionais, em especial das terras indígenas e quilombolas, acabando com as práticas forçadas de remoção de seus territórios. Assim, viabilizando a regularização da documentação de assentamentos já existentes, permitindo que os jovens tenham condições de permanecer ou regressar as suas terras originais, e serem assim contemplados pelos programas, projetos e ações para a juventude rural	Demanda existente agrário tradicional.
Elaborar Plano Nacional de Sucessão Rural para a Juventude do Campo, Comunidades Tradicionais e Indígenas, que combine/articule políticas nacionais, que respeitem as especificidades regionais dos territórios, que tenham como eixos estruturantes: a) terra e água; b) assistência técnica; c) crédito; e) educação DO/NO/PARA o campo; e) DO/NO/PARA o campo; e) cultura, esporte e lazer e f) desburocratização e aprimoramento dos programas existentes (Bolsa Jovem Rural, Nossa Primeira Terra, Programa Nacional de Crédito Fundiário) cultura, esporte	Demanda existente agrário tradicional.
Implementar políticas de mobilidade que garantam melhoria das diversas modalidades de transporte, que garantam a gratuidade para os estudantes no sistema de transporte público municipal e estadual para o acesso à cultura, lazer e educação na perspectiva das cidades educadoras; que garantam uso de bicicletas como meio de transporte modelo para uma cidade saudável e sustentável pensando a malha cicloviária interligada a outros modais que funcionem 24horas e bicicletários espalhados em diversos locais; que garantam transporte público de maneira adequada no período noturno e aos finais de semana e que garantam transporte público de qualidade conforme as demandas e especificidades do meio rural modelo para uma cidade.	Demanda de transporte.
Criar um plano nacional de desapropriação de áreas que não cumprem a função social, com um fundo monetário gerido por um conselho de gestão da terra urbana composto por representantes do governo (1/3) e representantes dos movimentos de moradia (2/3), com obrigatoriedade dos municípios e estados contribuírem monetariamente para as desapropriações em seus territórios, a fim de propiciar a regularização e promoção de uma reforma urbana que corrobore com o direito a cidade.	Demanda de agricultura.
Melhorar a oferta e a qualidade do transporte público, atendendo a devida cobertura das áreas com grande concentração de trabalhadores e estudantes, incluindo a construção e ampliação das linhas de metrô em todas as capitais brasileiras, garantindo revisão dos contratos e planilhas de custo e benefícios das empresas de transporte coletivo, garantindo o acesso dessas informações a população através de auditorias públicas construção e ampliação das linhas de metrô em todas as capitais brasileiras, garantindo revisão dos contratos e planilhas de custo e benefícios das empresas de transporte coletivo, garantindo o acesso dessas informações a população através de auditorias públicas	Mais uma demanda de transporte.
Criar programa nacional para a implementação de conjuntos habitacionais com unidades ambientais de moradia nas cidades (que compreendem habitação, lazer e serviços), voltadas aos jovens em estado de vulnerabilidade, especialmente aos oriundos do meio rural, aos recém-saídos de abrigos e às jovens mães negras	Demanda interessante voltada à habitação.

As propostas apresentadas neste eixo mostram uma mistura de questões, assuntos que demonstram que foram demandas não muito bem elaboradas.

- Eixo Meio Ambiente

Resoluções do eixo temático Meio Ambiente	Categoria
Combater o uso e abuso dos agrotóxicos, fortalecendo a sustentabilidade através da agroecologia, por meio de programas sociais para a agricultura familiar e a Juventude Rural, com ênfase na compensação econômica em contrapartida à preservação ambiental	Demanda agrário tradicional.
Promover a educação ambiental na educação formal pública e diferenciada, como as Escolas para Povos e Populações Tradicionais, com o fortalecimento das Escolas Familiares Agrícolas, como práticas ambientais agroecológicas e sustentáveis. Pensando alternativas associativas para as escolas família agrícola na manutenção e ampliação da 'mobilização' de recursos Sustentáveis e na promoção dos programas educacionais em especial a Comissão de Meio Ambiente e Qualidade	Demanda agrário tradicional.
Criação de legislação que proteja, reconheça e ampare o Bioma Cerrado, frisando o monitoramento via satélite do desmatamento e das queimadas.	Demanda que foge um pouco dos anseios da juventude em relação ao meio ambiente.
Incentivo a permanência do jovem no campo, implantação de um sistema de economia solidária com empreendimentos sustentáveis para juventude. Efetivação e fortalecimento das políticas públicas já existentes (PNAE, Pronaf e etc.) e incentivar novas, ampliando as linhas de crédito para plantio de alimentos orgânicos.	Demanda agrário tradicional.
Priorizar os produtos orgânicos nas aquisições de alimentos pelos órgãos governamentais; bem como fomentar práticas agroecológicas, a partir da organização de jovens com implementação de hortas comunitárias, quintais produtivos, em escolas, terrenos baldios e públicos, quintais, praças rurais e urbanas; inclusive em centros de ressocialização, instalação de tecnologias alternativas, como exemplo: cisternas de placas, biodigestor, filtros biológicos, canteiros econômicos, preferencialmente nas comunidades carentes.	Demanda interessante.
Garantir consultas prévias com poder deliberativo às comunidades tradicionais, povos indígenas e comunidade em geral para a implantação de empreendimentos públicos ou privados de grande risco, impacto ambiental ou qualquer outros que possam afetar o meio ambiente onde esses povos e comunidades habitem.	Demanda que foge um pouco dos anseios da juventude em relação ao meio ambiente.
Ampliar os programas de incentivo técnico e financeiro para a juventude do campo que desenvolve práticas sustentáveis, para a agricultura familiar e proprietários de terrenos situados em áreas de proteção ambiental e permanente (APA/APP), formando redes de ecoturismo, bem como apoiar a divulgação dessas iniciativas nos meios de comunicação.	Demanda agrário tradicional.

As propostas apresentadas no eixo Meio Ambiente caracterizam-se por serem propostas mais voltadas ao ambiente rural.

- Eixo Segurança

Resoluções do eixo temático Segurança	Categoria
<p>Criar um Plano Nacional de Enfrentamento aos Homicídios que combata o extermínio da Juventude Negra, dos Jovens de Povos e Comunidades Tradicionais, que vise a desmilitarização e a federalização das polícias, fim dos autos de resistência, acesso à justiça, e formação específica em Direitos Humanos e Cidadania voltados ao atendimento aos Povos e Comunidades Tradicionais, que visem eliminar ações repressoras por mecanismos de abordagem humanizados que respeitem as especificidades de identidade de gênero, raça/etnia, tradições e orientação sexual. Fortalecer e fomentar e ampliar o “Plano Juventude Viva” com um recorte específico para: Jovens negros, jovens PCTs, jovens LGBTs, respeitando os recortes de gênero e garantindo a participação direta e indireta do plano destas juventudes como forma de estimular a valorização destas identidades combatendo preconceitos e opressões.</p>	<p>Demanda de garantia de direitos.</p>
<p>Não à redução da maioridade penal, pelo cumprimento efetivo das medidas previstas no Estatuto da Criança e do Adolescente.</p>	<p>Demanda de garantia de direitos.</p>
<p>Revisão da política de Drogas com a implementação da descriminalização e regulamentação de todas as drogas</p>	<p>Demanda de legislação.</p>
<p>Implementar o programa valoriza vida. Baseado nas diretrizes do plano juventude viva, com a criação de mecanismos que fomentem programas (sobretudo no âmbito municipal) voltada para a prevenção de homicídios, principalmente da juventude negra, de periferia, atuando com jovens de 16 a 25 anos incompletos, cadastrados no cadastro único, e matriculados na rede pública de ensino federal, estadual ou municipal. Onde esses possam atuar no contra turno escolar com atividades de empoderamento social, capacitação esportiva e cultural, com o objetivo de levarem esses aprendizados de volta para as suas comunidades se tornando agentes multiplicadores, além de garantir acesso a atividades diversas de lazer, com o intuito de desconstruir a cultura de violência. Esses jovens seriam ainda capacitados pelo órgão de educação do município para atuarem junto às escolas municipais auxiliando em problemas como o de evasão e de defasagem escolar</p>	<p>Demanda de legislação.</p>
<p>Garantir o fim do auto de resistência que, em muitos casos, tem favorecido o abuso da polícia na abordagem e detenção de pessoas sob o pretexto de resistência ou reação do detento. Pela desmilitarização da polícia militar efetivando uma formação em direitos humanos para agentes de segurança do estado, com a ampliação a carga horária da área de conhecimento em direitos humanos e das relações sociais no processo de formação de profissionais de segurança pública, possibilitando vivências com o sistema penitenciário e serviços de referência as pessoas em vulnerabilidade social, realizando treinamento em programas de mecanismos de abordagem que respeitem as especificidades de gênero, etnia e orientação sexual.</p>	<p>Demanda de garantia de direitos.</p>
<p>Garantia de segurança efetiva com foco na área jurídica de defensorias, promotorias públicas e AGUS nos territórios, com extensão de núcleos em todos os municípios, garantindo acessibilidade à justiça e implementação no âmbito estadual e municipal de Conselhos de Segurança Comunitária e pacificadores, com a participação de jovens nas formações, capacitações e qualificação dos agentes de segurança pública, garantindo os princípios pautados na Declaração dos Direitos Humanos, CF, entre outros</p>	<p>Demanda de garantia de direitos.</p>

As demandas propostas no eixo Segurança devem ser analisadas de maneira coerentes, pois algumas demonstram discordância com o cenário da sociedade brasileira atual, que é atingida pelo alto índice de violência principalmente com envolvimento de jovens.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Apesar de se ter ampliado consideravelmente o número de conselhos de juventude em estados e municípios do Brasil nos últimos anos, há ainda um número expressivo de estados e municípios onde tais espaços inexistem. Conselhos, secretarias, coordenadorias, entre outras instâncias de representação de juventude existentes, não possuem, no geral, orçamento para que possam executar políticas.

Ainda que muitas vezes seu objetivo principal seja o de articular políticas de outras secretarias ou, no caso dos conselhos, monitorar programas, políticas e orçamento, sem reconhecimento e influência política esses espaços podem acabar tendo pouco peso em decisões sobre os rumos de políticas de juventude.

Sobretudo ressalta-se uma grande dificuldade de gestores de juventude para transformar a “juventude” em um tema transversal, contemplado nos mais diversos ministérios e secretarias (em todos os níveis de governo), incluindo a maior participação de jovens e representantes de organizações e movimentos de juventude nos mais diferentes conselhos setoriais (educação, trabalho, fazenda, saúde, meio ambiente etc.).

Assim os espaços institucionais de participação existentes ainda não são capazes de incorporar, em sua dinâmica, jovens organizados/as das mais distintas maneiras. Mesmo que se reconheça a enorme diversidade étnica, de gênero, regional, de formas de moradia etc. presentes, quando se fala na “juventude brasileira”, o modo através do qual é realizada a participação institucional acaba por estar mais próximo a formas de participação juvenis mais consolidadas (organizações juvenis com maior tradição, por exemplo).

Contudo ainda é um desafio ampliar e diversificar os mecanismos de participação, a fim de atingir cada vez mais modalidades de modos de vida juvenis, repensando espaços já existentes, a fim de incorporar tal diversidade. Visando garantias de que as propostas apresentadas nas Conferências da Juventude sejam realmente baseadas nos anseios destes jovens .

Portanto à tendência de que populações historicamente excluídas, ou incluídas de forma subordinada, estejam fora (ou sub-representadas) de espaços de participação institucionais ou mais legitimados socialmente.

Tornando-se outro desafio maior a inclusão de negras e negros, moradores de periferias, indígenas, quilombolas, ribeirinhos, pessoas com deficiência, população LGBT, jovens rurais, assim como jovens que se organizam por fora de instituições e movimentos institucionalizados dos espaços de participação.

Entretanto ainda torna-se necessário ampliar a participação na ponta, nos lugares onde acontecem os programas, projetos e políticas voltados para jovens. Enfoca-se como desafio também a construção de espaços e modalidades cotidianas de participação de jovens na elaboração, condução e monitoramento de políticas em que eles são o público alvo e aí entram não apenas programas e políticas claramente para jovens, mas também aquelas em que os/as jovens são um dos públicos-alvo (políticas e programas de saúde, educação, trabalho, segurança pública, lazer etc.).

É necessária também a criação de estratégias para fortalecer coletivos de juventude e suas variadas formas de expressão e organização, uma demanda antiga de movimentos e organizações que parece ter avançado pouco. Há ideias de criação de fundos estatais e municipais com tal objetivo, mas, se existem, são poucos.

REFERÊNCIAS

ABREU, M. A. **Representação de interesses nos conselhos nacionais de políticas públicas**. In: SÁ E SILVA, F.; LOPEZ, F.; PIRES, R. (Eds.). Estado, Instituições e Democracia: democracia. Brasília: Ipea, 2010.

ALMEIDA, D. R. **Metamorfose da representação política: lições práticas dos conselhos municipais de saúde no Brasil**. In: AVRITZER, L. (Orgs.). A dinâmica da participação local no Brasil. São Paulo: Cortez, 2010.

AVRITZER, L. **A dinâmica da participação local no Brasil**. São Paulo: Cortez, 2010.

_____. **O papel da participação nas políticas sociais do governo federal**. In: SÁ E SILVA, F.; LOPEZ, F.; PIRES, R. (Eds.). Estado, Instituições e Democracia: democracia. Brasília: Ipea, 2010.

_____. **Participatory institutions in democratic Brazil**. Baltimore: John Hopkins University Press, 2009.

_____. **A participação social no Nordeste**. Belo Horizonte: Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG), 2007.

_____. **Democracy and the publics pace in Latin America**. Princeton: Princeton University Press, 2002.

AVRITZER, L.; NAVARRO, Z. (Orgs.). **A inovação democrática no Brasil: o orçamento participativo**. São Paulo: Cortez, 2003.

AVRITZER, L.; PIRES, R. **Participação social no Nordeste: variações intra-regionais e impactos sobre a gestão pública**. In: FILGUEIRAS, C.; Faria, C. A. (Orgs.). Governo local, política pública e participação na América do Sul. Belo Horizonte: Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais (PUC Minas), 2008.

AVRITZER, L.; WAMPLER, B. **The expansion of participatory bud geting in Brazil**. Consultancyworkproject for the World Bank/ MDP-ESA (Africa), 2008.

BRASIL. **Agenda juventude Brasil 2013**. Secretaria Nacional da Juventude. Disponível em: <http://bit.ly/1GDsHL2>. Acesso em: 20 jul 2018.

CARDOSO, A. S. R. **Ouvidorias públicas e democracia**. In: SÁ E SILVA, F.; LOPEZ, F.; PIRES, R. (Eds.). Estado, Instituições e Democracia: democracia. Brasília: Ipea, 2010.

COHN, A. **Estado, sociedade civil e a institucionalização da participação no Brasil: avanços e dilemas**. In: SÁ E SILVA, F.; LOPEZ, F.; PIRES, R. (Eds.). Estado, Instituições e Democracia: democracia. Brasília: Ipea, 2010.

CUNHA, E. S. **Inclusão social e política: o desafio deliberativo dos conselhos municipais de assistência social**. In: AVRITZER, L. (Org.). A dinâmica da participação local no Brasil. São Paulo: Cortez, 2010.

_____. **Aprofundando a democracia: o potencial dos conselhos de políticas e orçamentos participativos**. Dissertação (Mestrado), Departamento de Ciência Política, Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2004.

DAGNINO, E. **Sociedade civil, espaços públicos e a construção democrática no Brasil: limites e possibilidades**. In: DAGNINO, E. (Org.). Sociedade civil e espaços públicos no Brasil. São Paulo: Paz e Terra, 2002.

DULCI, L. **Participação e mudança social no governo Lula**. In: E. SADER e M. GARCIA (Orgs.). Brasil: entre o passado e o futuro. São Paulo: Boitempo Editorial, 2010.

FARIA, C.; COELHO, U. Entre o legal e o real: **o que dizem as variáveis institucionais sobre os Conselhos Municipais de Políticas Públicas?** In: AVRITZER, L. (Org.). A dinâmica da participação local no Brasil. São Paulo: Cortez, 2010.

GOHN, M. G. **Conselhos gestores e participação política**. São Paulo: Cortez, 2001.

GURZA LAVALLE, A.; VERA, E. **Precisiones conceptuales para el debate contemporáneo sobre La innovación democrática: participación, controles sociales y representación**. In: GURZA LAVALLE, A.; VERA, E. (Coords.). La innovación democrática en América Latina. Universidad Veracruzana, Mexico: Centro de Investigaciones y Estudios Superiores en Antropología Social, 2010.

HELMKE, G.; LEVITSKY, S. (Orgs.). **Informal Institutions & Democracy: lessons from Latin America**. Baltimore: John Hopkins University Press, 2006.

MARQUETTI, A.; CAMPOS, G.; PIRES, R. (Orgs.). **Democracia participativa e redistribuição: análise de experiências de orçamento participativo**. São Paulo: Xamã, 2008.

MENEGUELLO, R. Cidadãos e política: **adesão democrática, comportamento e valores**. In: SÁ e SILVA, LOPEZ e PIRES (Orgs.). Estado, Instituições e democracia: democracia. Brasília: Ipea, vol. II, 2010.

PIRES, R.; VAZ, A. C. N. **Participação faz diferença? Uma avaliação das características e efeitos da institucionalização da participação nos municípios brasileiros**. In: A dinâmica da participação local no Brasil. São Paulo: Cortez, 2010.

POGREBINSCHI, T.; SANTOS, F. Entre representação e participação: **as conferências nacionais e o experimentalismo democrático brasileiro**. Rio de Janeiro: Instituto Universitário de Pesquisas do Rio de Janeiro (IUPERJ), 2010.

POWELL, W.; DIMAGGIO, P. **The new institutionalism in organizational analysis**. The University of Chicago Press, 1991.

SÁ E SILVA, F.; LOPEZ, F.; PIRES, R. **A democracia no desenvolvimento e o desenvolvimento da democracia**. In: SÁ E SILVA, F.; LOPEZ, F.; PIRES, R. (Orgs.). Estado, Instituições e Democracia: democracia. Brasília: Ipea, 2010.

SCHMIDT, D. L. **O movimento social e o governo Lula: uso de instrumentos democráticos – avanços e desafios**. Brasília: Mimeo, nov. 2006.

SCHWARTZMAN, S. **Bases do autoritarismo brasileiro**. Rio de Janeiro: Campus, 1982.

SILVA, E. R. **Avanços e desafios da participação social na esfera pública brasileira**. Cap. 30. In: Brasil em desenvolvimento: Estado, planejamento e políticas públicas. Brasília: Ipea, 2009.